

Construção da identidade catarinense: a tentativa de legitimação da cultura açoriana e da cultura alemã - Suellen de Souza Lemonje

Construção da identidade catarinense: a tentativa de legitimação da cultura açoriana e da cultura alemã

Suellen de Souza Lemonje
suellenlemonje@yahoo.com.br
Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO: Este estudo trata de um assunto, potencialmente, relevante para a memória dos habitantes do Estado de Santa Catarina: reflete a construção de sua identidade, frente às disputas étnicas enfrentadas no rumo de sua história. Apesar de o Estado se constituir de diferentes etnias, alguns grupos étnicos sobrepujaram, culturalmente, outros a fim de estabelecer uma identidade catarinense 'homogênea'. Partimos de uma pergunta para escrevê-lo: Como homogeneizar um povo em um Estado marcado pela diversidade cultural e étnica? Essa questão instigadora baseada na leitura de trabalhos de qualidade acadêmica sobre o tema permitiu compreender as diferentes tentativas de legitimação de determinadas etnias, por meio da unificação de manifestações culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade, Açorianos, Alemães, Nacionalização.

ABSTRACT: This study is an issue, potentially relevant to the memory of the inhabitants of the State of Santa Catarina: it reflects the construction of their identity in the face of ethnic disputes encountered in the course of its history. Although the state constitute different ethnicities, some ethnic groups overcame culturally other to establish an identity Catarina 'homogeneous'. We start with a question to write it: How homogenizing a people in a state marked by cultural and ethnic diversity? This question instigator based on reading quality academic papers on the subject could understand the different attempts to legitimize certain ethnicities, by unifying cultural events.

KEYWORDS: Identity, Azores, Germans, Nationalization.

The construction of identity Catarina: efforts to legitimize the German culture and Azorean culture

A região litorânea do atual Estado de Santa Catarina teve uma posição estratégica importante no processo de conquista colonial, pois desde o século XVI era ponto de passagem, quase obrigatório, dos navios europeus que iam para o sul do continente. A antiga 'Ilha dos Patos' entrou no universo e mapas europeus dos novos territórios por meio das



expansões marítimas que proporcionaram à eles uma nova maneira de ver o mundo e, conseqüentemente, de explorá-lo. Para tanto, Reinaldo Lohn¹ relata a suposta passagem de um naufrago (de nome Aleixo) na atual Ilha de Santa Catarina, em 1516, e o primeiro contato que um europeu estabeleceu com os habitantes indígenas da região. Apesar de serem relações culturais de extrema importância, o autor afirma ser este um período de análise muito difícil para o historiador, por haver uma mínima historiografia a respeito.

Mas apesar de a existência de Aleixo estar no campo do imaginário e do verossímil, diz-se ter vivido seis anos aqui, construindo a ideia de que a região tinha abundância alimentar e riquezas fáceis, em contraposição à nomeada ‘época feudal’ na Europa, de crise e desigualdades. Há diferentes relatos de viajantes que atravessaram o atlântico que descreveram e pintaram lugares lindos, com abundância de frutas, pássaros e um continente tropical, ou seja, era o imaginário europeu confrontando-se com outras realidades, levando-os a construir a própria identidade e a totalidade de que faziam parte.

Sobre a povoação da atual região de Santa Catarina, Walter Piazza² relata sob um viés historiográfico positivista, desde as primeiras concessões de terras no Estado até a criação das primeiras povoações. Segundo este autor, as primeiras três póvoas do Estado deram-se com a vinda de alguns portugueses, como Manuel Lourenço de Andrade e sua família que fundaram *São Francisco*, em 1658; quatro anos depois, veio Francisco Dias Velho, que vinha com seu pai da Capitania de São Vicente (atual Estado de São Paulo) para a atual região de Santa Catarina para caçar indígenas, e acabou por fundar em 1662 a povoação de *Nossa Senhora do Desterro*; e em 1664, Domingos de Brito Peixoto, possuidor de grande fortuna, embarcou com sua família para o sul e fundou a povoação de *Santo Antônio dos Anjos da Laguna*. Para isso, estes homens enfrentaram e/ou pacificaram povos indígenas existentes nessas regiões litorâneas, e só depois se estabeleceram nessas localidades e proveram a subsistência de suas expedições.

¹ LOHN, Reinaldo Lindolfo. O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: BRANCHER, Ana e AREND, Silvia M. F. (org) *História de Santa Catarina*. Séculos XVI e XIX. Florianópolis, UFSC, 2004. p 27-59

² PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC. 1983. P. 111-133.



A partir da fundação dessas três primeiras povoações, processou-se uma ocupação mais intensa no litoral catarinense, com a concessão de sesmarias e seus estabelecimentos agrícolas. Frente às constantes disputas territoriais entre Portugal e Espanha nas Américas, a criação da ‘capitania de Santa Catarina’ veio com a necessidade de dar cobertura militar e estratégica à região, o que resultou na implantação de um sistema defensivo no litoral. O escolhido para ser o primeiro governante das terras catarinenses, foi o brigadeiro José da Silva Paes.

Várias razões levaram, evidentemente, a Coroa Portuguesa a pensar na criação da capitania da Ilha de Santa Catarina, concretizada na Provisão Régia de 11 de agosto de 1738, desincorporando os territórios da Ilha de Santa Catarina e o Continente do Rio Grande e São Pedro da jurisdição dos Capitães-Generais de São Paulo, passando-os à jurisdição do Rio de Janeiro.³

Ainda segundo Piazza, José da Silva Paes, um engenheiro militar de destaque, deu início à construção das Fortalezas do Sistema Defensivo de Santa Catarina, entre as quais encontra-se a fortaleza de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz da Ilha de Anhatomirim e Santo Antônio da Ilha dos Ratoes Grande. Com as obras dos fortes, completou o que ele considerou ser um sistema militar eficiente para guarnecer a Ilha. “Situada no meio do caminho que ia do Rio de Janeiro ao rio da Prata, a Ilha de Santa Catarina transformou-se em ponto estratégico para a defesa dos interesses portugueses contra os espanhóis”⁴.

Junto a isso, somou-se a necessidade de implantar uma estrutura social e econômica na região, portanto, o governante da capitania formulou uma ação para que ocupassem o ‘vazio territorial existente’, promovendo assim a vinda de casais açorianos para se fixarem no litoral. Este chamado ‘vazio territorial’ deu-se porque muitos dos carijós, indígenas da nação tupi-guarani, que habitavam o litoral de Santa Catarina, foram incessantemente exterminados pela escravidão a que foram submetidos durante os séculos XVI e XVII. Os carijós foram mortos

³ Idem. p. 123.

⁴ Ibidem.



ou levados como escravos pelos bandeirantes paulistas e aqueles que conseguiram sobreviver, fugiram para o interior, procurando refúgio no mato⁵.

Muitos dos açorianos foram recrutados para o Sul de Santa Catarina, incentivados pela Coroa Portuguesa.

Na literatura açoriana, a constante emigração do povo é explicada sob os mais diversos prismas. Uns falam que a razão de tanta gente sair é de ordem econômica. Dizem que as terras vulcânicas que constituem o solo das ilhas não eram suficientes para atender ao crescimento demográfico e, com isso o povo enfrentava crises de alimentação.⁶

A emigração era estimulada e apoiada pela Coroa para aumentar seus domínios no ultramar. No entanto, estes açorianos foram aliciados com promessas de enriquecimento e alguns até movidos por iniciativas individuais, levados pela utopia da terra e da fartura nos trópicos.

Nas Ilhas açorianas a população aumentava desde o povoamento feito pelos portugueses, no século XV, mas não era este o fato que provocava as crises de alimentos. Segundo Flores⁷, as causas eram duas: o esgotamento dos solos aráveis e a concentração da terra em mão de poucos. A emigração servia, então, para manter o equilíbrio. Nas épocas de escassez, mais gente emigrava com apoio das autoridades, ou seja, a emigração agia como um regulador demográfico nas Ilhas dos Açores.

Aliado a esses percalços nas Ilhas dos Açores, o Rei de Portugal, interessado em implantar na região uma organização econômica e política que garantisse a defesa militar do litoral catarinense, elaborou o edital de 1746, que visava estimular as famílias açorianas jovens e numerosas a emigrarem para o Sul do Brasil. Neste documento deixava explícita sua

⁵ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000. p. 36.

⁶ Idem. p. 21

⁷ Ibidem.



preferência por homens experientes na criação de gado e amanho da terra e as mulheres com habilidade na fiação e atividades domésticas.

Ainda segundo Flores, essa legislação estabelecia as idades máximas de 30 a 40 anos para os casais, promovendo ajuda de custos, transporte e um pedaço de terra. As primeiras levadas de colonos para Santa Catarina eram compostas de gente pobre, em sua maioria agricultores que possuíam a esperança de melhorarem suas condições. No primeiro ano de inscrições, foi intensa a procura de casais para se lançarem ao desconhecido, mas as notícias sobre a dificuldade na travessia do Atlântico, repletas de mortes e doenças, contribuiu para enfraquecer esse contingente.

Constatou-se que as epidemias, a mortalidade nas viagens, as dificuldades no amanho das terras virgens e o não cumprimento das promessas régias mostravam que o sonho da prosperidade sul-americana podia transformar-se em tragédia real.

O primeiro navio com os casais chegou a Santa Catarina em começos de 1748. O governador José da Silva Paes foi quem os recebeu. Com data de 20 de fevereiro, escreveu uma carta ao Rei, lastimando as mortes e o estado de saúde dos que desembarcaram. Certamente o governador ficou impressionado com o que viu e com o que lhe contaram sobre a viagem.⁸

Os açorianos passaram por muitas outras dificuldades, visto que muitas promessas não foram cumpridas. Houve falha na distribuição de terras, de gados, de ferramentas e armas. Além de muitas coisas serem de má qualidade, as dificuldades na prática da agricultura não foram pequenas, pois os colonos tiveram que aprender outras técnicas de cultivo em terras tão diferentes das que deixaram nas Ilhas do Açores. Tanto que no lugar do trigo, os colonos tiveram que aprender a cultivar mandioca, além de trocarem seus hábitos alimentares.

Não podemos esquecer que o real interesse da Coroa Portuguesa era que a Ilha de Santa Catarina fosse bem guarnecida, portanto, como o Estado era governado por militares, estes colocaram os colonos açorianos na preparação dos fortes, porém pouca estrutura e

⁸ Ibidem. p. 50.



preparo foram dados a esses cidadãos, que tiveram que lidar com canhões velhos e afastados, resultando então, na invasão espanhola à Ilha da Capitania de Santa Catarina, em 1777. A tropa de origem açoriana, mal preparada, bateu em retirada e, literalmente, fugiu num momento de apuro, não oferecendo resistência a esta invasão.⁹

Segundo Piazza¹⁰, Santa Catarina terminou o período colonial pobre, porque os braços que lhes poderiam ter sido úteis na agricultura, foram desviados para as campanhas militares de defesa territorial, e as suas riquezas, como a farinha de mandioca, as madeiras, e o azeite de baleia não geraram fortunas no território catarinense, além de que a seus filhos raramente foi dada a oportunidade de estudar.

As terras brasileiras estavam reservadas para portugueses, até 1808, ano em que a Família Real Portuguesa transferiu-se para o Brasil. Com a constituição de 1824, Dom Pedro I, regulamentou a imigração alemã para o país, a fim de modificar a essência racial da população (branqueamento), visto que, nas estatísticas do Império havia o predomínio da raça negra e mestiça, resultado da miscigenação de povos indígenas, africanos e portugueses. O imigrante ideal para o Governo deveria ser branco, de uma população obediente e que se adaptasse facilmente ao trabalho agrícola nas colônias pouco habitadas ao sul do Brasil.¹¹

Para atingir seu objetivo de branquear a população, o governo brasileiro, em 1824, enviou agentes à Europa para fazer propaganda das áreas ‘desabitadas’ do país, atraindo colonos, principalmente italiano e alemães. Além do interesse nas terras, fatores internos da região alemã contribuíram para deslocar tão grande número de famílias para o sul do Brasil. Dentre esses, citamos os fatores demográficos, (as famílias eram muito grandes e as terras que possuíam pequenas, tornando-se insuficientes para seu sustento), e fatores políticos, (antes da unificação da Alemanha, em 1870, a região era composta por pequenos Estados, onde famílias nobres cobravam altos impostos da população, forçando o êxodo, tornando-se

⁹ FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Os espanhóis invadem a Ilha de Santa Catarina: 1777*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. p. 37.

¹⁰ PIAZZA, Op. Cit, p 133.

¹¹ DIRKSEN, Valberto. *Viver em São Martinho: A colonização alemã no Vale do Capivari*. Florianópolis: Ed do autor, 1995.



comum as famílias fugirem de autoridades fiscais para embarcarem em portos dos países baixos, vindo a perder o direito a cidadania). Por estes motivos, muitos alemães partiam rumo ao desconhecido na esperança de encontrar melhorias de vida na América, motivados por essas propagandas.

Com a proibição da importação de escravos negros provenientes do Continente africano, por imposição da Inglaterra, a falta de mão de obra foi resolvida pela vinda desses imigrantes, pois concluíram que o trabalho livre em pequena propriedade renderia mais que o latifúndio tocado a base de trabalho escravo. A vinda do imigrante europeu resolvia assim três problemas: o superpovoamento da Europa, a falta de mão de obra no Brasil e a expectativa dos insatisfeitos por dias melhores.¹²

A imigração alemã teve início por volta do ano de 1850, a vinda destes imigrantes foi incentivada, porém não houve disponibilização de recursos para sua sobrevivência e comunicação, fazendo com que traçassem um caminho próprio. A falta de manutenção nas estradas e poucos investimentos em Educação impulsionaram os colonos à construir suas próprias instituições.

Os imigrantes alemães traziam consigo uma forte herança da tradição religiosa, tanto que, aos poucos, os pais construíram escolas comunitárias confessionais, por darem muito valor à educação e à religião. Segundo Seyferth¹³, “havia nas colônias uma relação entre escola, religião e língua alemã que foi fundamental para a preservação do *deutschtum*, fronteira ideológica que marca a etnicidade teuto-brasileira”.

Germanismo é a tradução da palavra *Deutschtum*. É usado, às vezes, para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas de uma maneira geral entende-se por *Deutschtum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã¹⁴.

¹² Idem.

¹³ SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (org). *Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003. p 33.

¹⁴ GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p 32.



Os valores germânicos, como o orgulho da pátria e a forte presença do idioma em instituições religiosas e educacionais, proporcionaram a formação de grupos muito integrados, fiéis à tradição alemã. Desta forma, o ‘*deutschtum*’ como ideologia nacionalista, aparecia como um primeiro passo para separar a população de origem alemã, impedindo sua assimilação.

Com base nessa breve explicação sobre a imigração alemã na região interiorana de Santa Catarina, percebe-se que o Estado, de certa forma, contribuiu com a formação de uma sociedade étnica diferente dentro do próprio país, permitindo que se organizassem de forma isolada e homogênea, sendo ausente no estabelecimento de instituições. Entretanto, embora não fosse uma situação inicialmente incômoda, logo esta situação veio a amedrontar o sistema político do Brasil, no contexto da Segunda Guerra Mundial, e a solução foi a rápida assimilação dos colonos alemães e italianos, fazendo-os se mesclarem à cultura brasileira.

Com a atuação desses movimentos e em nome desse nacionalismo excludente, o governo deixou de ser omissivo em relação aos colonos, passando a restringir a propagação do *deutschtum*, a fim de programar uma imagem cultural homogênea do Brasil. Esta atitude não foi por cuidado, mas por uma questão política e pelo medo do ‘perigo alemão’, localizado de forma concisa ao sul do país.

Todo esse processo de nacionalização que se desenrolou durante a República brasileira vai se estender até o Governo do Estado Novo sob a figura do presidente Getúlio Vargas. A nacionalização do Ensino foi uma das principais metas do governo. Em Santa Catarina Nereu Ramos desempenhou um expressivo papel nesta campanha, usando variadas formas de repressão e controle contra as práticas culturais e tradicionais dos teuto-brasileiros, que preservaram sua identidade cultural.

O ápice da repressão aconteceu no decorrer da década de 30, com o surgimento do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* — Partido Nazista). A influência nazista espalhou-se rapidamente, atingindo



escolas, imprensa e instituições teuto-brasileiras. Alguns imigrantes apesar da simpatia em relação ao nazismo, pela rápida recuperação econômica da Alemanha, não aderiram a sua ideologia de forma sólida e concisa no sul do país. Mas o Governo brasileiro insistia que em cada integrante desta etnia havia uma ameaça em potencial à segurança do país, e qualquer traço cultural podia ser aproveitado na tentativa de comprovar o nazismo entre os teutos, como falar alemão (já que o sotaque os denunciava), ler e possuir livros e jornais no idioma ou participar de alguma sociedade recreativa alemã.

O exército e a polícia brasileiros foram recrutados para suprimir todas as publicações em língua alemã, e principalmente, a intervir nessas sociedades culturais. Houve inúmeras prisões, muitas bibliotecas particulares foram destruídas e residências foram invadidas em busca de material de propaganda nazista.

Toda essa campanha de nacionalização gerou um ambiente de medo, e perpetuou ressentimentos na memória de habitantes das antigas colônias germânicas. Muitos fatores contribuíram para dissipação da cultura alemã, como a obrigatoriedade de usarem somente o português nas escolas básicas e no culto dominical; o uso do rádio; e depois da televisão, que foi aos poucos habituando os colonos à cultura e ao idioma brasileiro.

Para os governantes, naquele contexto, todos no Brasil deveriam cultuar as mesmas tradições, os mesmos ideais, a mesma língua, a mesma história. A História do Brasil deveria ser a História da colonização portuguesa. As histórias dos povos africanos, dos indígenas e de outras origens caíam no esquecimento para que a história do homem branco e de origem portuguesa fosse privilegiada¹⁵.

Em Santa Catarina, o processo de homogeneização cultural português foi muito intenso, acreditavam eles que

O povoamento açoriano no século XVIII garantiria este caráter luso-brasileiro. Os casais açorianos teriam sido responsáveis pela implantação, em Santa Catarina, das bases administrativas de origem portuguesa; a cultura

¹⁵ FLORES, Op. Cit, 2000.



era de tradição portuguesa e, ainda mais, o povoamento açoriano teria sido responsável pela defesa da região garantindo as fronteiras brasileiras para o domínio português no sul do Brasil. Por tudo isso, os intelectuais afirmavam a identidade luso-brasileira de Santa Catarina¹⁶.

Foi neste contexto que aconteceu o primeiro Congresso Catarinense de História, em Florianópolis no ano de 1948, em comemoração ao bicentenário da colonização açoriana. Este evento foi organizado pelo Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina, e representou um marco fundamental na denominada ‘redescoberta das raízes açorianas’¹⁷. Segundo João Leal¹⁸ (2007), de evento esquecido ou mal lembrado, passou a assumir o estatuto de evento fundador do Estado de Santa Catarina e a ser avaliado com orgulho.

Nesse momento, os intelectuais do litoral do Estado de Santa Catarina sentiram a necessidade de se afirmar em relação aos imigrantes alemães, para mostrar a brasilidade de Santa Catarina. Os historiadores catarinenses “reconstruíram” a história dos imigrantes açorianos enaltecendo o litoral como ponto de defesa do país e tendo suas características como uma unidade cultural homogênea do Estado. Simultâneo a isso, os núcleos de povoamento alemão, localizados ao norte do Estado, davam saltos na economia, desde fins do século XIX, com as indústrias têxteis de Brusque e Blumenau, em contraposição ao litoral que sentia os impasses do desenvolvimento. José Leal traz em seu texto um trecho que retrata essa reflexão:

Tinha também se desenvolvido – sobretudo a partir das levas migratórias alemãs e italianas do século XIX e XX – uma memória negativa da colonização açoriana. Os colonizadores açorianos, contrariamente ao que se sucederia com os colonos alemães e italianos, teriam fracassado nas suas tentativas de aproveitamento agrícola do território, vendo-se, por isso, compelidos as atividades pesqueiras, menos exigente. Eles seriam, nessa

¹⁶ Idem. p. 77.

¹⁷ SERPA, Élio Cantalício. *A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.14, n.20, p.63-79, 1996.

¹⁸ LEAL, João. *Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2007.

medida, responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico do Estado de Santa Catarina e, em oposição à capacidade de trabalho dos imigrantes alemães e italianos, eram vistos como estruturalmente preguiçosos e supersticiosos.¹⁹

Porém, no contexto do Congresso Catarinense de 1948, não se exaltou o homem açoriano considerado indolente e incapaz, mas os descendentes de açorianos que “deram seu sangue na construção da brasilidade de Santa Catarina”. Queriam, neste congresso, além da reformulação de discurso, a exaltação da cultura açoriana, o reconhecimento de terem feito alguma coisa pelo país, pois na visão deles os alemães não se importavam com o progresso geral do país, e nem deram homens que marcaram a vida política e social do mesmo, portanto, fica clara a disputa pela hegemonia cultural do Estado de Santa Catarina entre duas etnias que sobrepujaram outras tantas que contribuíram com a cultura e política da região.

A herança açoriana passou a ser estudada e investigada com uma diferenciação positiva e de orgulho de Santa Catarina, e alguns pesquisadores como Oswaldo Cabral, Henrique Fontes, Oswaldo Ferreira de Melo, Almiro Cadeira e Walter Piazza destacaram-se no campo de estudos açorianistas, compondo o campo de intelectuais catarinenses. Estes escritores apropriaram-se da cultura popular para a formulação de uma identidade étnica determinada, formulada através do conceito de cultura açoriana.

A expressão cultura açoriana que se aplicava inicialmente apenas à cultura popular do arquipélago dos Açores e às suas eventuais sobrevivências catarinenses, passa agora a abranger o conjunto das criações culturais que caracterizavam no presente a área de colonização açoriana do litoral catarinense, independentemente de suas raízes açorianas²⁰.

O imaginário exprimia-se por meio do simbólico e de representações, imagens do passado como os cenários das danças folclóricas. Estes pesquisadores almejaram e reuniram

¹⁹ Idem. p. 109.

²⁰ Ibidem. p. 110.



poesias, pão-por-deus, canto do Espírito Santo, panelas de barro, terno de Reis, pesca, superstições, artesanato, pau de fita, boi de mamão, entre outras práticas culturais de ascendência portuguesa ou açoriana, enfatizando assim um bloco homogêneo dos açorianos, era o fenômeno de reconstrução de uma unidade cultural, fundada com base em uma ascendência comum²¹.

Segundo Leal²², além desse componente científico, o programa do Congresso incluía também vários eventos oficiais, um conjunto de visitas locais no litoral catarinense e exposições da prática folclórica. Portanto, o objetivo era a criação de um novo homem habitante do litoral, e que essa região se definisse como portadora da história catarinense, papel que vinha perdendo para outros núcleos de povoamento do Estado (como o núcleo alemão e italiano, localizados mais a norte do Estado).

A reabilitação da colonização açoriana iniciada pelo congresso fez-se em larga medida contra os estereótipos negativizadores por intermédio dos quais as comunidades alemãs olham para os ‘açorianos’. Simultaneamente, o congresso pode também ser visto na continuidade das preocupações da campanha nacionalizadora de Getúlio Vargas, como um meio de reafirmação do caráter essencialmente brasileiro do Estado de Santa Catarina²³.

Este foi um momento de luta pela hegemonia cultural em Santa Catarina, momento em que o tema ‘açoriano’ ganhou importância para os intelectuais litorâneos, e onde os arquivos foram remexidos. Era à busca da identidade catarinense, em torno da oposição ‘brasilidade X germanidade’.

Para tanto, respondendo a pergunta inicial, como podemos homogeneizar um povo em um Estado marcado pela diversidade cultural e étnica? Sabemos que uma identidade catarinense era e é algo difícil de ser desenhada, pois o Estado incorpora uma multiplicidade de culturas étnicas, dentre elas povos de origem portuguesa, alemã, italiana, austríaca, suíça,

²¹ FLORES, Op. Cit, 2000. P. 119.

²² LEAL, Op. Cit, 2007.

²³ Idem. p. 152.



Construção da identidade catarinense: a tentativa de legitimação da cultura açoriana e da cultura alemã - Suellen de Souza Lemonje

espanhola, africana, tupi-guarani, francesa, inglesa, norueguesa, que deveriam ser mais estudadas, debatidas e respeitadas. Portanto, embora alguns autores defendam uma só etnia para legitimar a identidade catarinense, faz-se necessário respeitar a pluralidade cultural presente no Estado de Santa Catarina, não só cultural, mas também geográfica e étnica, e que tem muito a contribuir com o crescimento de nossa historiografia.

Referências

DIRKSEN, Valberto. *Viver em São Martinho: A colonização alemã no Vale do Capivari*. Florianópolis: Ed do autor, 1995.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Os espanhóis invadem a Ilha de Santa Catarina: 1777*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

_____. *Povoadores da fronteira: os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2000

GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil: Germanismo, nazismo e integralismo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

LEAL, João. *Cultura e identidade açoriana: o movimento açorianista em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2007.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O naufrago e o sonho: Aleixo Garcia e o imaginário da conquista. In: BRANCHER, Ana e AREND, Silvia M. F. (org) *História de Santa Catarina. Séculos XVI e XIX*. Florianópolis, UFSC, 2004.

MÜLLER, Max José (org). *Simpósio sobre imigração e cultura alemã na grande Florianópolis: História, língua, cultura, gastronomia, arte e música*. II Anais. Florianópolis: Instituto Carl Hoepcke, 2007.

PIAZZA, Walter. *Santa Catarina: sua história*. Florianópolis: UFSC. 1983.

SERPA. Élio Cantalício. *A identidade catarinense nos discursos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v.14, n.20, 1996.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide Almeida (org). *Etnia e educação: a escola "alemã" do Brasil e estudos congêneres*. Florianópolis: Ed. Da UFSC; Tubarão: Editora Unisul, 2003.



Construção da identidade catarinense: a tentativa de legitimação da cultura açoriana e da cultura alemã - Suellen de Souza Lemonje

WOLFF, Cristina Scheibe. *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. Revista Catarinense de História, nº 2, 1994.

Recebido em 11 de setembro de 2013.

Aceito para publicação em 02 de outubro de 2013.

